

ASSENTAMENTO: ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DE EMPRESAS CAPITALISTAS EM MATO GROSSO

Zita da Silva Albuês¹
Vera Lúcia Salazar Pessoa²

Resumo: Este trabalho analisa, à luz das correntes interpretativas sobre a questão agrária e desenvolvimento da agricultura brasileira, o processo de ocupação e organização espacial no Estado de Mato Grosso a partir dos projetos de colonização e assentamento de pequenos produtores como estratégia de implantação de grandes empresas capitalistas.

Palavras-Chave: *Colonização, Assentamentos, Exploração, Estratégia;*

I. Introdução

Para se compreender o processo de ocupação e organização do espaço mato-grossense fez-se necessária análise do seu processo histórico considerando as várias “correntes interpretativas” sobre a questão agrária, possibilitando compreensão mais ampla dessa organização espacial e distribuição fundiária no Estado e como esta organização se procedeu na sua evolução temporal principalmente com a intensificação do processo de ocupação e modernização do campo, que perpassa a finalidade de implantação do novo modelo econômico através da implantação de empresas capitalistas com os incentivos do governo, que ao mesmo tempo visava amenizar os conflitos sociais decorrentes do próprio sistema de ocupação no Centro Sul do Brasil estimulando a ocupação de áreas principalmente consideradas, na época, como “vazios demográficos” na Amazônia Legal. Este processo teve maior ocorrência a partir da década de 70 com os projetos de colonização e assentamentos oficiais e particulares em que o governo se comprometeu com toda a infra-estrutura de realização.

1 Geógrafa e Técnica de Atividades Ambientais da Fundação Estadual do Meio Ambiente; Mato Grosso;

2 Professora Titular da Disciplina Espaço Rural: modernização, desenvolvimento e perspectivas, Curso de Pós-Graduação (Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia –MG)

II. Evolução do processo de ocupação e distribuição fundiária à luz das correntes interpretativas sobre a questão agrária.

Para se compreender o processo de ocupação e organização do espaço mato-grossense fez-se análise considerando as “correntes interpretativas” sobre a questão agrária e seus reflexos na estrutura agrária brasileira. Para melhor compreensão do assunto houve necessidade de análise do seu processo, no tempo e espaço.

Para o Brasil como um todo, a abundância de terras, o clima tropical ou subtropical e a escassez de mão-de-obra local na fase inicial de ocupação fizeram com que a grande unidade de exploração se impusesse como forma predominante e quase exclusiva de organização.

Na realidade, não havia ausência tão marcante de disponibilidade de mão-de-obra e sim a não disponibilidade de força de trabalho mediante as condições oferecidas pelos grandes produtores. Essa contraposição ao poder, manifestada desde os princípios de ocupação, foi entendida como rebeldia. Inicialmente, as explicações iniciais dessa evidência se assentavam na indolência do índio, na insubmissão de negros escravos e nos portugueses degredados ou de pessoas desprovidas de bens ou privilégios. Esta situação foi estudada por KOVARICK (1994).

A ocupação concentrava-se nas regiões litorâneas e paulatinamente adentrou o território brasileiro. A posse da terra desde então assim se caracterizava: ao grande se dispunha o título de propriedade ou a posse estabelecida enquanto que ao pequeno cabia a posse temporária ou indevida ou ainda a ocupação permitida na condição de arrendamento ou meeiros ou mesmo agregado, assegurando vínculo de dependência com o grande proprietário.

Os que não se submetiam ao sistema aos poucos foram formando conjunto de homens livres e expropriados, que não conheciam os rigores do trabalho forçado e não se proletarizavam e que anteriormente formavam uma ralé que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais da sociedade. A agricultura baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência e os deixavam sem razão de ser (CARVALHO FRANCO *apud* KOVARICK,1994:28). Encarados então

pelos grandes proprietários como vadios e, portanto, imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular (KOVARICK, 1994:30).

Desde então, quando a exportação torna-se a base da ocupação territorial, a forma de organização econômica do setor de exportação tenderia sempre a predominar. Assim, os interesses da “grande lavoura”, ou seja, da classe de grandes proprietários, constituiriam nas fases subseqüentes no eixo em torno do qual giraria e permaneceria todo o sistema de decisões concernentes à ocupação de novas terras em particular na criação de empregos para população crescente (FURTADO,1976).

Para a permanência e avanço dessa situação o Estado sutilmente deveria gerar as condições de implantação. De certa forma a Lei da Terra criada em 1950 apresentou duas definições importantes: em primeiro lugar transformou as terras devolutas em monopólio do Estado, ou seja, só ele poderia conceder o título de posse e, ademais, limitava o acesso à propriedade apenas através da compra mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro.

Destarte, ao mesmo tempo em que abria aos camponeses a possibilidade de se tornarem pequenos proprietários, independentes da grande propriedade, a necessidade do pagamento em dinheiro obrigava-os a se submeterem ao trabalho nas grandes propriedades por longos períodos, até conseguirem a reserva de pecúlio necessária para aquisição de sua própria terra (MARTINS *apud* POLLI,1999). Isto parece ter sido o grande limite ao acesso à propriedade por parte dos homens livres e pobres do interior do Brasil que praticavam agricultura organizada prioritariamente na produção de subsistência. Embora ocorrendo a instalação de núcleos coloniais de pequenos proprietários no Sul do Brasil, essa instalação foi permitida pelo grande proprietário, pois como se viu, esse fato não significou ameaça à lógica de privilégio da grande propriedade, uma vez que se deram nos restritos limites das terras, que pelas características do relevo, pouco interessavam aos grandes proprietários (POLLI, 1999). Por conseguinte, essas pequenas instalações conseguiram se estabelecer até chegar ao excesso de retalhamento da terra mediante a redistribuição da mesma aos filhos já produtivos e também ao avanço das grandes propriedades para expansão das suas áreas, gerando então os conflitos sociais por questões de terra.

Por outro lado, a abundância de terras que continua a existir e o controle do acesso às terras de mais fácil exploração permitiram ao sistema atravessar a crise da abolição do trabalho servil e os conflitos sociais, preservando intacta a sua estrutura e na fase mais recente de expansão demográfica, a opção que se apresentava à população rural desprovida de recursos ou de poderes de manutenção das pequenas posses visadas pelos grandes produtores ou latifundiários, era somente a possibilidade de se deslocarem para outras áreas de fronteiras agrícolas.

FURTADO (1973) fez análise sobre essa instabilidade do pequeno produtor e coloca que a prática da agricultura itinerante dentro de grandes propriedades imobiliza quantidades consideráveis de terras e perpetua técnicas agrícolas rudimentares, além de implicar em crescente destruição de recursos naturais. Contudo, essa forma de exploração continua a ser a mais econômica, dentro da atual estrutura agrária. Ele afirma que quando os autores nessa abordagem procuram excluir o problema estrutural acabam concluindo que a atual economia agrícola brasileira é perfeitamente funcional, reconhecendo desse modo que, com o desenvolvimento dessa agricultura tende a crescer a exploração da mão-de-obra que utiliza e que sutil combinação de fatores institucionais e ecológicos dificulta a visualização do fundo do problema, em particular se nos limitarmos aos recursos da análise econômica convencional.

Por outro lado, a Lei da Terra abriu nova fase na história do campesinato brasileiro. A demarcação do espaço entre o grande proprietário e o camponês tornou-se mais nítida, sem, no entanto, ameaçar a existência, o espaço e o poder do grande proprietário. Todavia, possibilitou o surgimento de novo campesinato, cada vez menos vinculado à situação de posseiro ou agregado. Entretanto:

Trata-se de um campesinato de pequenos produtores mais modernos e cada vez mais dependentes do mercado. Um campesinato de homens livres, compradores de terras, cuja existência é mediatizada por uma terra convertida em mercadoria (MARTINS apud POLI, 1999).

Esse resultado, portanto, permeia e reflete a inserção e a indução desses elementos integrantes do campesinato no processo de implantação capitalista.

Essa inserção se reflete principalmente na ocorrência de quebra ou cisão do típico sistema de auto-suficiência da pequena produção tradicional caracterizada pela independência de produtos industrializados do mercado. Se nesse processo de inserção a interferência direta do capital encontrar resistência nas mudanças pleiteadas, o Estado torna-se o instrumento para desestruturar os “automatismos” econômicos preexistentes, substituindo-os por novos mecanismos, aos quais é fundamental a ação continuada do Estado na esfera econômica como garantidor do padrão atual de acumulação, transvertido na modernização do campo. Esta modernização, no entanto, foi calcada na transformação da base técnica de produção através da incorporação de novas tecnologias voltadas para o incremento da produtividade da terra e do trabalho (LAVINAS & RIBEIRO, 1991).

O surgimento e a manutenção do campesinato tinha função primordial no sistema de garantir a produção de gêneros alimentícios e assim abastecer os grandes centros urbanos em formação, isentando os grandes produtores desse ônus. A estes cabia a exclusividade de produção para exportação. Nessa imposição de funções transparecia a realidade de exclusão refletida na impossibilidade da participação dos camponeses no processo de produção econômica brasileira, mesmo quando nela desempenhassem funções importantes como a de atender a demanda do mercado interno. Por conseguinte, a exclusão ou marginalidade não refletia a ausência de funções, muito pelo contrário, sobretudo em termos de produção de bens de consumo interno chamado “cultura pobre”, a sua participação é significativa (SANTOS *apud* POLI, 1999).

Essa exclusão econômica se reflete sobremaneira em termos de marginalização cultural e nas condições sociais que se mostram tão adversas ao colono, constituindo barreiras intransponíveis na tentativa de mudança da sua situação. Essa situação perdura até nos dias atuais: basta a observância da estrutura fundiária e da sua organização espacial, como acontece na realidade tomada do discurso e das práticas de projetos de colonização: assim também aconteceu no Estado do Mato Grosso. Essa prática na maioria das vezes induz à expropriação que acontece a curto, médio ou longo prazo.

Dentre os vários acontecimentos que tipificam essa questão pode-se citar o ainda não relatado acontecimento com pequenos produtores da

localidade denominada *Bocaína*, Município de Rosário Oeste, região Centro Sul de Mato Grosso. A legalidade da terra se baseava na concessão de sesmaria obtida nas últimas décadas de 1800. Embora considerados pequenos produtores, mediante a extensão de terras e de culturas, obtinham as maiores e diversificadas produções da imediação, que se baseava no cultivo da mandioca, arroz de sequeiro, milho, feijão, batata, cará, mamão, cana, etc.. Alguns também mantinham pequena criação de aves ou gado. A produção se destinava à alimentação familiar e o excedente destinava-se à comercialização.

Bocaína era sítio que se localizava em área contígua à grande *Fazenda Arruda* e esta ao ser vendida passou a ser denominada *Paribó*. Quem a comprou obteve subsídios e apoio da SUDAM. A postura do novo proprietário foi a de pressionar as pequenas propriedades contíguas com a finalidade de estender, sob truculências e ameaças, suas pastagens extensivas, até impedir a única via de acesso à localidade, situado na fazenda. Conseguiu despojar os pequenos proprietários. Estes, sem força política foram obrigados a deixar suas terras a preços irrisórios. Sem condições de adquirir outras áreas para produzir, a única saída foi partir e buscar a sorte na cidade.

III. A Intensificação dos Conflitos Sociais no Sul

A situação do campesinato no Sul do Brasil ficou bastante caracterizada, à revelia da extensão geográfica que se identificava pela diversidade na organização e distribuição fundiária da terra. Conforme dados do INCRA, no ano de 1978, a situação fundiária do Rio Grande do Sul assim se encontrava: os grandes proprietários abrangiam cerca de 76% (58 mil ha), enquanto que 84% de pequenos proprietários ocupavam apenas 24% das terras.

Com o passar do tempo, mediante a expansão populacional e a crescente busca de terras para produzir, foram se intensificando os conflitos sociais. Além disso, as pequenas propriedades foram se subdividindo com o crescimento da numerosa prole do camponês, que se via obrigado a redistribuir sua pequena área de produção. Em contrapartida, a demanda do mercado externo redirecionava para nova política de ocupação e distribuição de terras através da reconcentração de terras.

IV. O Redirecionamento da Nova Política de Governo

Na década de 1960, o Governo Federal resolveu se empenhar e aprovar o Estatuto da Terra com objetivo de estabelecer a ordem social e ao mesmo tempo liberar as pressões sobre os latifúndios, o que só poderia ser viabilizado através de reforma agrária não subversiva, principalmente com o deslocamento dos elementos de pressões para outras regiões bem distantes e com terras disponíveis.

Na época, os grandes empresários agrícolas contrapunham à reforma agrária do governo e reivindicaram alterações no conteúdo da reforma agrária. Com o respaldo de políticos e tecnocratas do governo conseguiram a aprovação de política de modernização centrada no incremento e na diversificação das exportações agrícolas, dando ênfase aos aspectos tecnológicos de melhoria da produtividade, aos seguros creditícios, assistência técnica, pesquisa agropecuária, subsídios aos insumos, seguro agrícola, não tabelamento de preços e colonização a partir da iniciativa privada (RIBEIRO, 1988:91). Essas medidas foram adotadas pelo governo como Plano Estratégico do Governo Costa e Silva.

Por iniciativa de colocar em prática as estratégias do novo modelo econômico e buscando solução dos conflitos sociais enfrentados na região Centro Sul do País, gerando nos colonos a esperança de enriquecimento nas novas terras, passou a estimular a migração dessas levas populacionais para outras regiões onde as terras estavam disponíveis através de propostas tentadoras dos projetos de colonização e assentamentos, com garantias de fixação na terra.

Assim, o estado de Mato Grosso entra nesse contexto por apresentar características de situação geográfica e fundiária bastante propícias aos intentos do governo e para lá foram direcionadas levas dessa população.

V. Os Caminhos da Apropriação da Terra em Mato Grosso

Através de programas especiais regionalizados e de políticas públicas (crédito, incentivos fiscais, preço mínimo, etc.) foi na década de 1970 que ocorreu o grande avanço do processo da modernização da

agricultura no distante interior do Brasil, principalmente na região da Amazônia, abrangendo então Mato Grosso.

Dentre os diversos programas do Governo para incentivar a ocupação do Estado, estava o PIN (Programa de Integração Nacional), considerado como o mais estratégico pela magnitude no processo de integração da Amazônia às regiões mais desenvolvidas no Brasil. Ele teve início em 1979, permitindo assim, o deslocamento da população para os projetos de assentamento localizados ao longo das rodovias federais: BR`s: 163 (Cuiabá/Santarém) e 364 (Cuiabá/Porto Velho).

Na década de 1970 e 1980, através dos projetos de colonização ou assentamento, o governo possibilitou a ampla distribuição de terras nas áreas consideradas como fronteiras de uso e ocupação, fronteira econômica, etc., assim evitando a redistribuição de terras já apropriadas principalmente na região Sul e, ao promover a penetração de agricultores em região de fronteira, como aconteceu em Mato Grosso, o Governo possibilitou a estruturação de posse legal da terra, de maneira que permitiu a sua apropriação pelos novos agentes econômicos que chegaram à região. Para resolver as questões fundiárias o governo cria o órgão específico: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que promoveu a distribuição de terras via programas fundiários de *colonização oficial*.

Viabilizados pelo INCRA, os projetos de colonização e assentamento, como processo de desbravamento e povoamento, foram mecanismos de viabilização da implantação de grandes empresas, que apesar dos incentivos bastante tentadores do Governo para implantação de grandes empresas naquela região, ainda buscavam meios para abarcar maior extensão de terras e ao mesmo tempo ter a disponibilidade de força de trabalho dentro dos moldes capitalistas. Esses moldes capitalistas tinham como base impossibilitar aquisição da terra pelo pequeno produtor, que é visto pelo sistema como força de trabalho (WELKFIELD *apud* KOVARICK, 1994).

Esse esquema era visível através da própria liberação de recursos pelo governo. A oferta de crédito transformou-se na principal alavanca do processo de modernização agrícola. As ações burocráticas, em particular, causavam segregação e limitações no acesso ao crédito pelos pequenos

produtores, pois, a garantia real exigida pelos bancos era o título de propriedade da terra, de forma geral, inexistente para os arrendatários, posseiros, meeiros, etc. A distribuição percentual de crédito, de forma assimétrica, se processava de acordo com o tamanho da propriedade, ou seja, as propriedades acima de 100 ha obtinham 54% do crédito, às propriedades entre 20 a 100 ha se atribuía 30% e cerca de 16% destinavam-se às propriedades menores que 20 ha (RIBEIRO, 1988).

Segundo MORENO (1996/97), na década de 70, o INCRA implantou seis Projetos Fundiários (PF) em Mato Grosso: PF 01 (Cuiabá), PF 02 (Cáceres), PF 03 (Vale do Araguaia), PF 04 (Diamantino), PF 05 (Vale do Guaporé) e o PF 06 (Norte de Mato Grosso). Possuíam autonomia administrativa e eram geridos com recursos repassados pelo INCRA. Esses projetos cobriam extensão de 564.832.050 Km², cerca de 62,67 % da área territorial do Estado. Nessa área o INCRA discriminou administrativa e sumariamente cerca de 13 milhões de ha de terras, dos quais sete milhões eram terras devolutas, arrecadadas e incorporadas ao patrimônio da União nas décadas de 70 e 80.

Do total de terras devolutas o INCRA tituló definitivamente, no mesmo período, com Título Definitivo (TD) e Título Definitivo Urbano (TDU), mais de 50% (cerca de 3.607.855,45 ha) através de programas de colonização oficial e particular de assentamentos e de regularização fundiária, através de contratos de compra e venda. Da área remanescente (34.473,51Km²), a maior parte foi titulada provisoriamente, sobretudo, através de Contrato de Promessa de Compra e Venda, açambarcando 50% daquele total. Também foram tituladas, provisoriamente, áreas menores, destinadas à legitimação de posses, em total de 4.019,4314 Km² de terras através de Licença de Ocupação e de Autorização de Ocupação, significando cerca de 12% de áreas tituladas provisoriamente. Ainda de acordo com MORENO (1996/97), no período de 1979 a 1985, houve aceleração no processo de regularização com maior ocorrência de Titulação pelo INCRA.

Embora os grandes incentivos se destinassem aos projetos de desenvolvimento agropecuário, entretanto, na prática, o que mais acontecia era a exploração madeireira que, se tornou a maior fonte de renda dos empresários. Essa exploração madeireira, além disso, acontecia de forma bastante predatória.

VI. Os projetos de Povoamento/Assentamentos

Os projetos de povoamento, que propriamente eram os assentamentos, envolviam maior número de pessoas com baixo poder aquisitivo. Eram assentadas em menores áreas. Na prática, os assentados deparavam com dificuldades. Nas inhóspitas e distantes áreas não dispunham de infra-estrutura, de créditos, mercado ou escoamento para o que produziam. Como não adquiriam efetivamente a funcionalidade, até para sua subsistência, se viam obrigados a oferecer sua força de trabalho em sistema de troca ou então a poucos pagamentos, uma vez que nem como empregados são considerados. De certa forma, isto reflete o esquema de liberação de força de trabalho para o sistema capitalista. Pois:

Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital como substituto da acumulação primitiva na produção de força do trabalho [MARTINS apud KOVARICK, 1994:76].

Na ocasião do lançamento dos grandes projetos de colonização o presidente do INCRA em seu discurso disse que no Rio Grande do Sul não existiam terras “ociosas”, portanto a solução para os conflitos sociais daquela região passava pela oferta de áreas de colonização na Amazônia. Para os trabalhadores rurais seria alternativa sem conflitos. As Cooperativas e os Sindicatos laborais foram cooptados por esse discurso, que tinha natureza ideológica e simbólica e que, conforme CASTRO (1994), foi bastante divulgado pelos meios de comunicação e internalizados pelos colonos, sindicatos e cooperativas. Ele contribuiu para a materialização do movimento de fronteira. É o processo de apropriação de novos espaços pelo capital e a busca de novas formas de reprodução social por parte dos trabalhadores do campo, contudo, que determinaram o ritmo e a direção deste movimento.

CASTRO (1994) ainda observa que o movimento dessa fronteira deve ser explicado não como mobilidade de pessoas, mas como mobilidade do “trabalho”, isto é, como a necessidade e a possibilidade de

reprodução da pequena produção familiar. É para fazer frente ao processo de exploração e expropriação que o pequeno produtor vai historicamente transformando seu trabalho individual em trabalho coletivo, sobretudo na luta contra o capital e não apenas na luta pela propriedade da terra (OLIVEIRA *apud* Castro, 1994).

VII. Os Projetos de Colonização/Assentamentos propriamente ditos

Outros objetivos do Instituto Nacional de Reforma Agrária quanto aos assentamentos visavam: a) proporcionar aos colonos (vindos do Sul) o acesso à propriedade de um lote rural através de crédito fundiário, garantido-lhe infra-estrutura física, social e econômica; b) aliviar as tensões sociais e políticas do Centro-Sul; c) ocupar de forma planejada os grandes vazios demográficos na região; f) promover e acelerar o desenvolvimento econômico da Amazônia. Com base nesses objetivos foram criados os projetos de colonização de Terranova (1978); Peixoto de Azevedo (1980), Ranchão (1980), Braço Sul (1981), Carlinda e Lucas do Rio Verde (1981). À guisa de amostragem a seguir, resumidamente, abordam-se os projetos: *Terranova*, *Carlinda* e *Colonização Lucas do Rio Verde*.

- *Terranova*: com abrangência das glebas no entorno do rio Teles Pires (135.00 ha) e das ex-reservas do exército com 300.000 ha. A sua implantação ficou a cargo da Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda. (COOPERCANA). No governo, o órgão responsável foi o Conselho de Segurança Nacional. Porém, a mudança do governo Geisel para Figueiredo revogou o contrato anterior e estabeleceu Concessão de Uso de terras públicas, representando perdas em relação às vantagens iniciais, limitando, dessa maneira, o retorno do capital investido. Quando se passaram os 10 anos, constituiu-se no município de Terranova do Norte. As terras mais valorizadas e caras tornaram-se então atrativos de quem tem mais capital. No entanto, a área encontra-se em maior parte ocupada por posseiros, dificultando aos parceiros, mesmo com escritura da terra, o acesso às linhas de crédito, pois para se conseguir empréstimo para a aquisição de um trator os bancos exigiam garantia de 200 ha;

- *Carlinda*: projeto de Assentamento localizado no Município de Alta Floresta, com área de 96.000 ha, sendo que 3.000 ha fora destinados para reserva. Com módulos variando de tamanho entre 100, 200, 300 e 500 ha, a condição exigida para ingresso no projeto era que o colono fosse filiado à Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Portanto, esta cooperativa centralizava a administração do projeto e a comercialização da produção no mercado interno e no externo. O Projeto seria implantado em 5 fases, cabendo 70% da execução a CAC e 30% ao INCRA. Diante do desinteresse dos filiados em assumir os lotes e também da pressão exercida pelos sem terras da região, os lotes foram fracionados ainda mais, surgindo então, os problemas intrínsecos aos minifúndios;
- *Colonização Lucas do Rio Verde*: situado próximo da rodovia Cuiabá-Santarém, o projeto abrangia área de 215.000 ha sendo que 65.000 ha já estavam ocupados por posseiros, restando somente 150.000 ha para assentar os colonos em parcelas de 200 ha: 50% para exploração e 50% para reserva. A atividade econômica partiria da produção de culturas temporárias: arroz, milho e soja. O objetivo era assentar sem terras do Rio Grande do Sul (RS) e principalmente desmobilizar um movimento que foi marco histórico da Reforma agrária no Brasil: o acampamento da encruzilhada do Natalino, em Ronda Alta, que em julho de 1981 contavam com mais de 600 famílias em luta por pedaço de terra no RS. Cerca de 200 famílias foram trazidas para o projeto. Inicialmente executada sem infra-estrutura física e social, cada colono recebeu 200 ha de cerrado, não dispondo, contudo, de capital e de tecnologia para a exploração produtiva da área. No primeiro ano já havia passado o período das chuvas e a produção foi um fracasso. Sobreviveram com auxílio dos vales-alimentação fornecidos pelo Governo Federal e trabalhando nos latifúndios vizinhos ao projeto. No segundo ano tiveram acesso a financiamento do Banco do Brasil (PROTERRA) por intervenção direta do Conselho de Segurança Nacional que mantinha severa fiscalização sobre os colonos, a fim de impedir que saíssem da área. De modo geral, entretantes, a produção foi um fracasso, logo, muitos colonos não conseguiram saldar as

dívidas contraídas com o financiamento. Os colonos, destarte, se viram obrigados a deixar os projetos vendendo as terras por preços muito baixos ou simplesmente abandonando-as. A saída foi maciça, permanecendo na área somente 18 famílias.

VIII. Comentários Finais

A ocupação do Estado de Mato Grosso ocorreu em duas fases distintas: a fase da mineração, no período colonial, com predominância de ocupação no Centro e Sul do Estado e a fase dos grandes projetos de colonização, abrangendo principalmente o Norte do Estado. A partir de 1970 o Estado passa por processo de aceleração bastante intensiva de ocupação espacial dos grandes “vazios demográficos”, aumentando a sua produção, industrialização, melhoramento de serviços e *renda per capita*. Esse processo foi acompanhado pela expansão das relações capitalistas de produção e pelo predomínio das grandes empresas capitalistas sobre o campesinato e sobre os projetos de colonização.

De modo geral, pode-se inferir que o insucesso da maioria dos projetos de colonização também é explicado pela existência de política agrária instável e inadequada, pelo desgaste da terra e da falta de infraestrutura adequada à produção e à comercialização dos produtos cultivados, assim como pela deficiência na oferta de serviços de saúde (ocorrências de surtos de malária e febre amarela, dentre outras doenças) e de Escolas. Essa situação, sem perspectiva de mudança, tornava impossível a sobrevivência dos Projetos.

IX. Referências bibliográficas

BERNARDES, B. M. A. *A formação camponesa na luta pela terra In: Leituras em movimentos sociais*, Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTRO, A. C. *et al. A agricultura brasileira e seus esquemas explicativos, as principais correntes interpretativas nas décadas 50 a 70 In: Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*, Brasília, Binagri. 1979.

_____. *A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da Sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

KOVARICK, L. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAVINAS, L.; RIBEIRO, L. C. *Fronteiras: Terra e Capital na modernização do campo e da cidade*, In: PIQUET, RIBEIRO, A. C. : *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 69-84.

MORENO, G. *Terra poder e corrupção: A política fundiária em Mato Grosso-1979/1980* – In *Revista Matogrossense de Geografia*. Cuiabá: EdUFMT, Ano 02, N..01 e 02, dez. 1996/1997. p. 07-45.

NEGRI, S. S. *Modernização agrícola e reorganização do espaço agrário da mesorregião Sudeste Mato-Grossense*. 2001. 167 f. Dissertação de Mestrado -UFU, Rio de Janeiro.

POLI, O. *O campesinato no Brasil In: Leituras em movimentos sociais*, Chapecó: Griffos, 1999, Cap. 01. p. 23-42.

_____. *Movimentos camponeses na história brasileira*. In: *Leituras em Movimentos Sociais*, Chapecó: Griffos, 1999, Cap. 02, p. 42-62.

RIBEIRO, I. de O. *O modelo de modernização da agricultura brasileira*. In: *Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.